

# O MÉTODO DE ALFABETIZAÇÃO DE PAULO FREIRE E OS DIREITOS HUMANOS

*PAULO FREIRE LITERACY METHOD AND THE HUMAN RIGHTS*

*EL MÉTODO DE ALFABETIZACIÓN DE PAULO FREIRE Y LOS DERECHOS HUMANOS*

Camila Sandrin Langaro<sup>1</sup>  
Icaro dos Santos Langaro<sup>2</sup>

## **Resumo**

O objetivo desta pesquisa é analisar o método de alfabetização de Paulo Freire segundo os Direitos Humanos, principalmente o Artigo 26, sobre o direito à educação a todos os seres humanos. Freire foi um dos grandes nomes da educação brasileira e mundial, especialmente por seu método inovador e humanizado de alfabetização. Para este educador, o fio condutor do método de alfabetização é a diversidade de maneiras de ensinar, cujo objetivo é conscientizar sobre problemas do cotidiano para entendimento da sociedade.

**Palavras-chave:** Paulo Freire; direitos humanos; alfabetização.

## **Abstract**

This research objective is to analyze Paulo Freire's literacy method according to Human Rights, especially Article 26, about the right to education for all human beings. Freire was one of the great names in Brazilian and world education, especially for his innovative and humanized literacy method. For this educator, the guiding thread of the literacy method is the diversity of ways to teach, whose goal is to raise awareness about everyday problems to understand society.

**Keywords:** Paulo Freire; Human Rights; literacy.

## **Resumen**

El objetivo de esta investigación es analizar el método de alfabetización de Paulo Freire desde la perspectiva de los Derechos Humanos, principalmente del artículo 26, sobre el derecho a la educación de todos los seres humanos. Freire es uno de los grandes nombres de la educación brasileña y mundial, especialmente por su método innovador y humanizado de alfabetización. Para este educador, el hilo conductor del método de alfabetización es la diversidad de maneras de enseñar, cuyo objetivo es crear conciencia sobre problemas de la vida cotidiana, para una mejor comprensión de la sociedad.

**Palabras-clave:** Paulo Freire; derechos humanos; alfabetización.

## **1 Introdução**

O presente artigo trata de dois assuntos bastante discutidos atualmente, principalmente no campo político: Paulo Freire e os Direitos Humanos. A pesquisa tentou descrever o método de alfabetização criado por Paulo Freire segundo os princípios dos Direitos Humanos, visto que o educador foi grande humanista.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia no Centro Universitário Internacional UNINTER. E-mail: milasandrin@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Graduando em Pedagogia no Centro Universitário Internacional UNINTER. E-mail: icarolangaro@gmail.com.

Exclusivamente bibliográfica, esta pesquisa apresenta a trajetória histórica dos Direitos Humanos. O objetivo é mostrar a relação entre o método freiriano e os Direitos Humanos.

## **2 Os direitos humanos**

Os direitos são liberdades garantidas a partir de um sistema de normas de conduta humana. Há direitos básicos e universais, que se estendem a todos em qualquer lugar do mundo, os quais serão abordados neste trabalho.

Com o fim da Segunda Guerra, cria-se, em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo principal é impedir futuros conflitos internacionais. Em sua fundação, a ONU possuía 51 Estados-membros que se organizaram para manter a segurança e a paz mundiais, promover direitos humanos, auxiliar no desenvolvimento econômico e no progresso social, proteger o meio ambiente e prover ajuda humanitária em casos de fome, desastres e conflitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), criada em 1948 — fundamental e presente nas principais e mais progressistas constituições modernas —, resulta de um longo processo histórico, mas se tornou urgente no século 20, sobretudo, em função de regimes totalitários.

Uma das principais idealizadoras da Declaração foi Anna Eleanor Roosevelt, diplomata e ex-primeira Dama dos Estados Unidos. A promulgação da Carta que reafirma fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, assegura igualdade a todos em qualquer lugar. Portanto, aborda temas como violência contra a mulher, trabalho infantil, racismo, entre outros, por serem crimes contra a humanidade em todos os países participantes da ONU.

Na história humana, as primeiras organizações sociais complexas se estabeleceram na região da Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates. Elas foram responsáveis por várias descobertas importantes. Contudo, na maioria delas não havia leis escritas, de modo que crimes e delitos eram por vezes punidos com expropriação e até escravidão.

Ciro, o Grande, rei da Pérsia, permitiu que uma parcela da população tivesse acesso aos primeiros direitos humanos. Ao conquistar novos territórios, Cyrus libertava escravos e permitia que desenvolvessem suas culturas e religiões. Ele formulou uma série de decretos posteriormente registrados em um cilindro de argila em escrita cuneiforme. O Cilindro de Cyrus é conhecido como um esboço da primeira carta dos Direitos Humanos e logo se espalhou pela Grécia e pela Roma Antiga. A Organização das Nações Unidas, em vídeo oficial, reconhece o

Cilindro como o primeiro conjunto de leis que entendia a igualdade humana como princípio. Várias civilizações importantes desenvolveram leis e filosofias neste sentido, entre as quais se destacam a Grécia Antiga, a Civilização Hindu, Roma e seu conceito de Lei Natural.

Em 1215, os ingleses criaram a Carta Magna, segundo a qual ninguém poderia anular os direitos do povo, nem mesmo o rei. Pela primeira vez na história da humanidade uma monarquia passa a dividir os poderes da nação com um legislativo e um parlamento surge para limitar os poderes do Rei.

A Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, orienta-se também por uma Carta de Declaração, que em um de seus artigos mais contundentes diz: “Consideramos estas verdades como autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes são vida, liberdade e busca da felicidade”.

Outro momento de grande força na construção de uma declaração de igualdade foi a Revolução Francesa de 1789. Ela contém a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que em seu preâmbulo esclarece que “[...] o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inaliáveis e sagrados do homem”<sup>3</sup>.

Pode-se citar ainda outras figuras ilustres e influentes para tal construção: o indiano Mahatma Gandhi, líder do movimento pela independência da Índia, cuja defesa do princípio da não agressão desafiou o sistema colonial inglês ao afirmar que todas as pessoas do mundo tinham direitos, não somente os europeus; o pastor norte-americano Martin Luther King, principal líder do movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, foi importante no enfrentamento da pobreza, da injustiça e da discriminação. Na África do Sul, Nelson Mandela ganhou o Prêmio Nobel da Paz por combater o regime racista e segregacionista do *Apartheid*.

O processo foi lento e longo, mas os princípios de igualdade, justiça, fraternidade e liberdade, presentes nesses fatos históricos, contribuíram para constituir a Declaração conhecida atualmente, composta por 30 artigos, entre os quais interessa a esta pesquisa o Artigo 26:

[...] I) Todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. III) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos (ONU, 1948).

Todos os artigos afirmam a igualdade dos seres humanos, mas o Artigo 26 está entre os que têm maior relação com o campo educacional. Por conta disso, esta pesquisa o analisa para relacioná-lo à alfabetização freiriana.

## 2.1 O método de alfabetização de Paulo Freire

Um dos brasileiros que mais defendeu os direitos humanos, principalmente no que se refere à educação inclusiva, humana e libertária foi o educador Paulo Freire. Paulo Reglus Neves Freire nasceu no Recife (PE) em 19 de setembro de 1921. De família pobre, dedicou-se aos estudos para beneficiar aqueles a quem chamava “oprimidos”. Suas técnicas ficaram conhecidas como “sistema Paulo Freire” e atendiam aos interesses da ideia de nação e aos mais carentes. Pode-se afirmar que Paulo Freire se tornou exemplo e inspiração para gerações de professores em vários países, conquistou amplo público de simpatizantes, entre pedagogos, militantes políticos, teólogos e cientistas sociais. Paulo Freire coordenou, na década de 1960, os projetos de alfabetização para jovens e adultos trabalhadores. O local escolhido para a experiência foi a cidade de Angico, no Rio Grande do Norte, onde alfabetizou 300 trabalhadores em 45 dias. Em seu método, Freire afirma não bastar desenvolver a leitura e a escrita, mas continuar os estudos. Ademais, reforça a importância da interação entre professor e aluno no processo de aprendizagem, a partir do contexto social e cultural do educando, isto é, de sua realidade. Para Freire, o ato educativo não pode ser passivo (o que o educador definiu como “educação bancária”, em que o aluno somente recebe passivamente os conteúdos). Segundo Freire (1987, p. 33):

Na visão bancária da educação, o saber é uma doação dos que se julgam Sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro.

Segundo a tese da educação libertadora, não “bancária”, defendida por Freire, através da educação os homens devem ser sujeitos de seu pensar, discutir suas visões particulares de mundo, manifestadas implicitamente ou explicitamente, em sugestões suas e de seus companheiros (FREIRE, 1987), contrariamente ao método tradicional de ensino, em que o

professor é o “único dono do saber”. No entendimento de Freire (1987, p. 96; 99; 102; 104), a consolidação da educação libertadora necessita de co-laboração, organização e síntese cultural, conceitos expressos a seguir:

Co-laboração: a ação dialógica só se dá coletivamente, entre sujeitos, ainda que tenham níveis distintos de função, portanto de responsabilidade, somente pode realizar-se na comunicação. União: a classe popular tem de estar unida e não dividida, pois significa a união solidária entre si, implica esta união, indiscutivelmente, numa consciência de classe.

Organização: é o momento altamente pedagógico, em que a liderança e o povo fazem juntos os aprendizados da autoridade e da liberdade verdadeiros que ambos, como um só corpo, busca instaurar, com a transformação da realidade que os mediatiza. Síntese cultural: consiste na ação histórica, se apresenta como instrumento de superação da própria cultura alienada e alienante faz da realidade objeto de sua análise crítica.

Paulo Freire baseia sua teoria na troca de vivências, processo no qual o professor também aprende com seu aluno. Em 31 de março de 1964, os estudos desenvolvidos por Paulo Freire foram interrompidos por conta da repressão militar instaurada no país. Freire passou 72 dias na prisão acusado pelo governo de subversão. Em seguida, partiu para o exílio no Chile, onde trabalhou por cinco anos no INCIRA (Instituto Chileno para a Reforma Agrária). Em 1968, escreveu *Pedagogia do Oprimido*. Em 1969, trabalhou na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e em 1970 foi consultor do CMI (Conselho Mundial das Igrejas) em Genebra, Suíça.

Nesse período, Paulo Freire deu consultoria educacional a governos de diversos países, principalmente pobres, a maior parte no continente africano. Voltou do exílio em 1980, e, tempos depois, escreveu dois livros importantes: *Pedagogia da Esperança* (1992) e *À sombra desta Mangueira* (1995). Lecionou na Universidade estadual de Campinas (UNICAMP) e na PUC de São Paulo, além de se tornar secretário de educação na gestão de Luiza Erundina, quando esta foi prefeita de São Paulo entre 1989 e 1993. Foi agraciado com diversos prêmios, entre eles: Educação para a Paz (das Nações Unidas, 1986) e Educador dos Continentes (da Organização dos Estados Americanos, 1992). As principais obras de Paulo Freire são: *Educação como prática da liberdade* (1967); *Pedagogia do Oprimido* (1970); *Conscientização* (1980); *Pedagogia da Esperança* (1992); *Cartas à Cristina* (1994); *À sombra desta mangueira* (1995); *Pedagogia da Autonomia* (1997); *Pedagogia da Indignação* (2000), além dos textos reunidos por Ana Maria Araújo Freire, que podem contribuir profundamente para o processo de alfabetização atualmente.

O pedagogo considera muito a realidade do aluno, prioriza sua experiência e sua cultura no processo de aprendizagem. Entretanto, como concretizar esta educação? Como a educação

pode fornecer às pessoas instrução para superarem dificuldades impostas por sua condição social? Como educar para a integração, a inserção social do indivíduo? As respostas podem estar na mudança dos conteúdos programáticos das escolas, e, principalmente, na utilização de um método ativo, dialógico e crítico.

Nesse sentido, uma das grandes marcas deixadas por Freire foi seu reconhecido e muito estudado método de alfabetização. O autor desenvolveu uma teoria para alfabetizar com coisas, situações, falas, objetos do dia a dia. A aproximação da palavra e da leitura das “coisas” do cotidiano possibilita leitura do mundo. Porquanto é necessário atingir certo nível de consciência, Paulo Freire propôs que uma pessoa no Nordeste, por exemplo, deveria seguir frases prontas de cartilhas que fizessem parte da realidade delas. Tal método se baseia no pressuposto de os alunos serem sujeitos históricos e ativos do processo educativo, visto poderem transformar suas realidades.

É preciso inicialmente fazer um levantamento do universo vocabular do estudante a fim de identificar as principais palavras, de uso frequente, que serão palavras geradoras. Nesse processo, o educando adulto é tratado como sujeito, em vez de objeto, do próprio conhecimento:

Estas palavras são chamadas geradoras porque, através da combinação de seus elementos básicos, propiciam a formação de outras. Como palavras do universo vocabular do alfabetizando, são significações constituídas ou re-constituídas em comportamentos seus, que configuram situações existenciais ou, dentro delas, se configuram. Representativos das respectivas situações, que, da experiência vivida do 3595 alfabetizando, passam para o mundo dos objetos. O alfabetizando ganha distância para ver sua experiência: “admirar”. Nesse instante, começa a decodificar (FREIRE, 1987, p. 6).

O professor pode observar as palavras mais usadas naquela realidade em conversas informais e selecioná-las para comporem o conteúdo de suas aulas. A quantidade de palavras geradoras varia conforme a situação e o professor. Após a composição do universo das palavras geradoras, inicia-se discussão do significado das palavras selecionadas segundo a realidade de cada pessoa envolvida. Freire, por intermédio dos círculos de cultura, propôs o uso das palavras geradoras na alfabetização. Freire (1987, p. 6) mostra que, através dessas palavras,

[...] surge à comunicação, o diálogo que criticista e promove os participantes do círculo. Assim, juntos, re-criam criticamente o seu mundo: o que antes os absorvia, agora pode ver ao revés. No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em “reciprocidade de consciências”; não há professor, há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo ao mínimo sua intervenção direta no curso do diálogo.

Portanto, a observação do contexto vivenciado pelos alunos é fundamental para escolha das palavras que motivarão a aprendizagem da leitura e da escrita. Tal prática se desenvolve em três etapas, segundo Freire (2000, p. 32):

Etapa de investigação: em que a busca era conjunta entre professor e aluno das palavras e temas mais significativos da vida do aluno, dentro de seu universo vocabular e da comunidade onde ele vive.

Etapa de tematização: que era o momento da tomada de consciência do mundo, através da análise dos significados sociais dos temas e palavras. Etapa de problematização: momento em que o professor desafia e inspira o aluno a superar a visão mágica e acrítica do mundo, para uma postura conscientizada.

Os educadores devem problematizar as palavras. Toda palavra, por mais simples, pode ser problematizada. Conforme Freire (1987, p. 57): “Assim é que, no processo de busca da temática significativa, já deve estar presente a preocupação pela problematização dos próprios temas, por suas vinculações com outros por seu envolvimento histórico-cultural”.

Alfabetizar não é apenas saber redizer palavras, mas dominar as palavras fundadoras de sua própria cultura. Para Freire, alfabetizar não é ato técnico, de decifragem de códigos ou sinais gráficos. Mais que isso, é um processo de conscientização por meio da aprendizagem de significados desenvolvida durante a aquisição da leitura e da escrita. Neste método, o educador é um animador, evita autoritarismo para possibilitar o diálogo.

Segundo Dreyer (2011), o método de alfabetização de Paulo Freire conecta a leitura da palavra à interpretação do mundo, pois, esta antepassa aquela. Lê-se a palavra e se aprende a escrevê-la como consequência de quem tem experiência do mundo, de estar em contato com o mundo, e em condições de mudá-lo.

Freire percebe os alunos como sujeitos da aprendizagem, detentores de um conhecimento, de uma aprendizagem que ocorre através de experiências, de diálogo, de leitura do mundo, da concepção de alfabetização como construção de significados.

O método Paulo Freire de alfabetizar sempre foi motivo de polêmica e controvérsias no Brasil e no mundo, continua a ser fonte de pesquisas e aplicações em várias escolas e universidades. Como qualquer método, deve ser estudado, analisado e adaptado segundo às necessidades e a realidade do educador para máximo benefício do aluno.

### **3 Considerações finais**

Deve-se entender a escola como espaço extremamente relevante à formação cultural de uma sociedade. Portanto, o espaço escolar deve garantir que os direitos humanos integrem as bases das relações sociais.

A análise de diversas referências bibliográficas apresenta Paulo Freire como humanista defensor dos direitos humanos, especialmente em relação ao Artigo 26 e sua afirmação do direito à educação para desenvolvimento da personalidade humana. Seu método dialoga com os direitos humanos por ser inclusivo e libertário. Sem dúvida, Freire recriou a pedagogia ao perceber que a educação pode ser conscientizadora.

A teoria revolucionária de Paulo Freire era assim definida por ele:

A pedagogia, como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1980, p. 44).

A educação do povo é fundamental para tirá-lo da condição de alienado e oferecer condições à mudança e à libertação.

Paulo Freire soube ensinar a verdadeira essência da educação, aguçou nos professores a vontade de pelear por um ensino mais humano, que desperta naqueles que estão aprendendo a vontade de conhecer e transformar um mundo que permita dignidade a todos.

## Referências

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da Metodologia Científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

DREYER, Loiva. Alfabetização: o olhar de Paulo Freire. *In*: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO — EDUCERE; I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO — SIRSSE, 2011, Paraná. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 7-10 nov. 2011.

FREIRE, Ana Maria Araújo. A voz da esposa: a trajetória de Paulo Freire. *In*: GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire**: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1996. p. 69-115.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se complementam. 27. ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Questões da nossa época; v. 13).

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P. **Conscientização teoria e prática de libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.



FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação** — uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. Mobral: um desacerto autoritário – 1ª parte: o Mobral e a legitimação da ordem. **Síntese**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p. 83-114, set.-dez. 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Educação de Jovens e Adultos — EJA, na visão de Paulo Freire**. 2013. Monografia (Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino) — Universidade Tecnológica Federal Do Paraná, Paranavaí, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 30 nov. 2021.

ROSA, Agostinho da Silva. Paulo Freire na trilha da criatividade libertadora. **Revista Interterritórios**, Caruaru, v. 2, n. 2, p. 18-31, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/view/5022>. Acesso em: 30 nov. 2020.

ZLUHN, Maria Regina. **Educação em Direitos Humanos na Educação Básica**. Indaial: Uniasselvi, 2013.